

## A escriturização na formação para a equidade de gênero e trabalho da mulher no cooperativismo

**PABLO SAMUEL SILVA DO NASCIMENTO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

**LAURA COSTA DIAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

**MARIA DE NAZARE MORAES SOARES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

### Introdução

O cooperativismo articulado na Economia Popular e Solidária movimentou um modelo de trabalho que propõe práticas autogestionárias e parte de experiências coletivistas a fim de corrigir as desigualdades presentes no corpo social, entrelaçando, assim, o desenvolvimento social e econômico (Soares, Rebouças, Lázaro, 2023). Dessa forma, as cooperativas da Economia Popular e Solidária convergem na questão da mulher para suas experiências, que, a partir das escriturizações, abrem-se espaços de fala aos sujeitos que a produzem para narrar suas próprias histórias e identidades.

### Problema de Pesquisa e Objetivo

Além disso, considerando que tais questões se intensificam no contexto do campo e do trabalho rural (Faria, 2009), torna-se fundamental criar meios e ferramentas para superar tais desigualdades que afetam as mulheres rurais, a propósito desta pesquisa, em específico as cooperadas da agricultura familiar. Assim, o presente estudo tem como objetivo compreender como a escriturização contribui para a promoção da reflexão sobre desigualdade de gênero entre as mulheres do cooperativismo da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Ceará.

### Fundamentação Teórica

O patriarcado determina o papel da mulher e a delega ao trabalho reprodutivo e da esfera privada. Tal cenário se intensifica no campo, onde o espaço produtivo e reprodutivo são indissociáveis, invisibilizando o trabalho da mulher na casa e na lavoura (Faria, 2009). Juntamente, a retomada das experiências, enquanto meio de reflexão, pode contribuir à tomada de consciência das desigualdades sofridas. As escriturizações, portanto, reivindicam a memória do indivíduo e, através da escrita, permite a emancipação do sujeito de papéis socialmente ditados (Evaristo, 2020; Passegi, 2011).

### Metodologia

Dessa maneira, o estudo se deu por pesquisa-ação, atrelado a formação “Desigualdade de gênero e seus impactos no trabalho da mulher no cooperativismo” realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Idade e Família (NEGIF). Ainda, usou da abordagem qualitativa para captar as relações de vida e trabalho das mulheres participantes, a partir das escriturizações e da observação participante realizada durante a formação como método de coleta de dados que, após, foram analisados com análise temática de conteúdo.

### Análise e Discussão dos Resultados

Como resultado, evidencia-se como são fundamentais os espaços de partilha de vivências, como o da formação, por promoverem momentos de diálogo e apoio entre as mulheres. Nas escriturizações, observou-se que a imposição da desigualdade de gênero é centrada na designação do papel social da mulher e nos casos múltiplos de violências, sobretudo no meio familiar. Ademais, denota-se como o ambiente de trabalho das cooperativas reflete, por vezes, cenários de desigualdades entre os gêneros, gerando obstáculos às mulheres. Contudo é ainda na educação e no trabalho que estas esperam a emancipação.

### Considerações Finais

Logo, a apropriação de ferramentas, como é o caso das escriturizações, qualifica o debate das trabalhadoras rurais ao priorizar suas experiências, trazendo um exercício que não só induz à reflexividade e ao aprendizado, mas também a emancipação destas no cooperativismo da agricultura familiar, como a própria libertação do tido como papel da mulher e das imposições dos papéis de gênero. Paralelamente, contribui ao trabalho nas cooperativas por elucidar as disparidades incoerentes da organização na sua prática, tornando-as mais fidedignas ao modelo autogestionário e do próprio cooperativismo.

### Referências

EVARISTO, C. Escriturização e seus subtextos. In: Duarte, C; Nunes, I. Escriturização: a escrita de nós-reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. RJ: Mina Comunicação e Arte, 2020. FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres do meio rural. Brasília: MDA, 2009. PASSEGGI, M. A experiência em formação. Educação, 34(2), 2011. SOARES, M; REBOUÇAS, S; LÁZARO, J. A aprendizagem coletiva e em rede desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. Organizações & Sociedade, 30(106), 2023.

### Palavras Chave

Escriturização, Cooperativismo, Mulheres do campo

### Agradecimento a órgão de fomento

Reconhece-se, ainda, com gratidão o apoio fornecido pela FUNCAP, que possibilitou a realização do estudo.

# A ESCRIVIVÊNCIA NA FORMAÇÃO PARA A EQUIDADE DE GÊNERO E TRABALHO DA MULHER NO COOPERATIVISMO

## 1 INTRODUÇÃO

Contar a própria história, como em uma narrativa autobiográfica, permite a ressignificação das experiências a partir da reflexividade sobre os ocorridos e do rompimento com a cristalização da experiência, tornando-a uma forma de experiência líquida. Sendo assim, age como uma ferramenta para a construção de identidade e memória coletiva que, quando realizada por um grupo de mulheres, permite a superação de cenários de violência e a emancipação da designação social de gênero (MENEGHEL e IÑIGUEZ, 2007; PASSEGGI, 2011).

De tal modo, a retomada das experiências enquanto meio de reflexão da própria história, pode contribuir para a tomada de consciência das desigualdades sofridas. Assim, o termo *escrevivência* surge da conexão entre os atos de escrever e viver, explorando os sentidos evocados pela expressão "escrever vivências" e o ato de relatar experiências pessoais por meio da escrita (EVARISTO, 2020). As *escrevivências* seriam, então, as produções escritas que resgatam as experiências e o "ser" do autor, enquanto, ao mesmo tempo, liberta-o. Liberta aquele que escreve, pois ao registrar sobre si e as próprias vivências, como é colocado por Evaristo (2020), estaria demarcando um espaço que é socialmente desconsiderado para este. Então, a *escrevivência* surge como uma ferramenta de relato e de se estabelecer no espaço literário para experiências étnicas, de classes e de gênero, recuperando as histórias de vidas marginalizadas através da escrita.

Sob tal ótica, deve-se considerar que tal marginalização desses grupos e suas vivências dá-se pelo poder social demarcado na realidade brasileira que é imaginado por Saffioti (2010) como sendo constituído pela tríade do patriarcado, racismo e capitalismo. A exemplo da dominação patriarcal que seria dada pelo tratamento desigual baseado na classificação de gênero a partir de uma lógica binária que rege práticas, valores, símbolos e normas idealizados fundamentalmente nas diferenças do que é tido por ser "homem" ou "mulher" (BARBIERI, 1993).

Consequentemente, à mulher foi delegado o papel social do cuidado do lar e da família, ou seja, da esfera privada. Por sua vez, o campo da produção, do trabalho, da gestão, e tudo aquilo que é público, são atividades constituídas historicamente como sendo de ordem masculina (CANABARRO e SALVAGNI, 2015). Ademais, a relação entre casa e trabalho da mulher se torna complexa quando trazida para o contexto do trabalho rural, onde há certa indissociação do tempo da mulher para o trabalho na lavoura e na residência, tendo que estar sempre disponível (ABRAMOVAY, 2000).

Desta feita, o cooperativismo surge como modelo que propõe práticas gestonárias mais democráticas, partindo de experiências coletivistas com o fito de corrigir as relações desiguais presentes no corpo social, entrelaçando, assim, o desenvolvimento social e econômico (NASCIMENTO, 2000). Além disso, a prática cooperativista atua como um meio de emancipação e promotor de equidade de gênero pelo estilo de gestão mais democrático que dá voz às suas trabalhadoras (NHACA; ERNESTO; CALICHE, 2024).

Considerando o exposto, os fins cooperativistas convergem na questão da mulher com as *escrevivências* por dar também espaço de fala e representação àqueles que a produzem para narrar suas próprias histórias, identidades e vivências (EVARISTO, 2020). Além disso, sabendo que tais questões se intensificam no contexto do campo e do trabalho rural (COSTA; LOPES E SOARES, 2015), torna-se fundamental criar meios e ferramentas para superar tais desigualdades que afetam as mulheres rurais, a propósito desta pesquisa, em específico as cooperadas.

Assim, o presente estudo tem como objetivo compreender como a escrevivência contribui para a promoção da reflexão sobre desigualdade de gênero entre as mulheres do cooperativismo. Além de ter como objetivos específicos: i. Observar e analisar os percursos e resultados da formação “Desigualdade de gênero e seus impactos no trabalho da mulher no cooperativismo” realizada pelo Núcleo de Estudos em Gênero, Idade e Família (NEGIF) da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Ceará (UNICAFES-CE); ii. Interpretar as vivências e experiências relatadas, através de escrevivências, pelas mulheres cooperadas da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Ceará (UNICAFES-CE); iii. Identificar as concepções de desigualdade de gênero e sua relação com o cooperativismo a partir das escrevivências produzidas pelas mulheres que compõem o cooperativismo e os seus relatos durante a formação.

O estudo se deu por pesquisa-ação e usou da abordagem qualitativa para entender as relações de vida e trabalho das mulheres que participaram do estudo, a partir das escrevivências e observação participativa realizada durante a formação como método de coleta de dados que, após, foram analisados com análise temática de conteúdo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DESIGUALDADE DE GÊNERO NO TRABALHO E NO TRABALHO RURAL

A dicotomia sistemática a partir do sexo biológico do indivíduo culmina em moldes sociais que são impostos sobre o mesmo a partir da lógica entre o que seria pertencente ao universo do masculino e do feminino. Sob tal prisma, para Barbieri (1993), essas relações interpessoais fundamentada no sexo biológico é resultante de relações sociais que para dar sentido a si mesma elabora o sistema de gênero/ sexo que definem, de forma ampla, normas, valores, símbolos e práticas que regem os corpos.

Ainda nessa conjuntura, Hirata e Kergoat (2007) defendem que com base nas relações sociais se definem também aquelas de trabalho. A divisão sexual do trabalho é um fator crucial para perdurar esse contexto que molda o campo profissional do homem e da mulher. De tal modo, o papel socialmente engendrado à mulher é aquele da esfera privada, do cuidado para com os filhos, o parceiro e a casa, sendo ela encarregada das tarefas domésticas e tida como pertencentes a este ambiente. Enquanto isso, os homens seriam os encarregados da esfera pública e da produção material, além dos ideais de força, virilidade e da segurança social.

Entretanto, no século XIX com o processo de industrialização, iniciou-se um movimento de mulheres que passaram, gradativamente, a contrariar a posição social imposta às mesmas, a soberania masculina e as violências submetidas à elas (KANAN, 2010 e FONTENELE-MOURÃO, 2006). Como resultado da reflexão sobre sua posição social, passaram a adentrar cada vez mais na esfera pública, no mundo do trabalho que era, até então, majoritariamente masculino. Assim, conquistaram direitos à cidadania, direito ao voto, acesso aos espaços corporativos e acadêmicos, e certo aumento do controle que possuem sobre sua vida e seus corpos. Portanto, a profissionalização crescente das mulheres tornou a limitação das mesmas ao espaço privado uma ideia ultrapassada, entretanto, ainda hoje há uma luta de reivindicação pela igualdade de direitos e salários entre homens e mulheres no mundo do trabalho que vai contra a visão que limita a mulher ao lar e das barreiras que impedem sua progressão na carreira (CANABARRO e SALVAGNI, 2015).

Não somente no cenário de trabalho corporativo se denotam os *gaps* de desigualdade de gênero, mas também no trabalho rural que ainda é majoritariamente masculino, mesmo com a crescente no número de mulheres. Sob tal prisma, o homem é tido como a figura de

chefe da propriedade, da família e na atividade de produção, enquanto as mulheres são responsáveis pela casa e atividades de reprodução familiar, além do cuidado da lavoura, contudo não participam do comércio dessas produções (HERRERA, 2016). Dentre diversos fatores que são obstáculos às mulheres rurais para se reconhecerem e serem reconhecidas por suas atividades, a associação inerente da mulher ao lar é a principal barreira para tal. A elas são atribuídos os cuidados do campo domiciliar, dos filhos, do marido e ao trabalharem na lavoura são vistas como “ajudantes”, seu trabalho doméstico e no campo é invisibilizado e desvalorizado, mantendo a dominação masculina nesses espaços (ABRAMOVAY, 2000).

Somado a isso, a socialização da mulher a modela de forma meiga, submissa e dentro de casa (FARIA, 2009), sendo nesse ambiente doméstico que ocorre, como para Costa, Lopes e Soares (2015), a dita *lei do mais forte*. Na ausência da vigilância das leis formais, impera a figura do marido em detrimento da esposa e dos filhos e segue uma “ética privada”, que estabelece uma ordem hierárquica onde o patriarca está no topo. Naturaliza-se então, essa dominação e esse “poder” visto como legítimo a partir dessa lógica que culmina em cenários de violência.

Assim, para Stochero e Pinto (2023), a mulher no contexto rural ainda é sujeita a múltiplos tipos de violências que a atingem do físico ao psicológico, da violência sexual à patrimonial, que a retira da posição de decisão no próprio ambiente doméstico enquanto a desmoraliza. Nesse cenário, as autoras ainda elucidam que as mulheres nesse contexto são afligidas com um silenciamento sistemático gerado pela falta de acesso às políticas públicas, o impedimento de autonomia, a falta de estudos sobre os casos e a indissociação entre os ambientes rurais e urbanos nos registros dos casos de violência.

## 2.2 COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TRABALHO DA MULHER COOPERADA

O modelo cooperativista é tido como uma prática gestonária alternativa àquela do modelo capitalista, com metodologias mais democráticas e que visa, a partir de uma ação coletiva, combinar desenvolvimento econômico e social, logo, um promotor da qualidade de vida dos agentes envolvidos. Ademais, as cooperativas são organizações que tem como finalidades aquelas que nascem da visão coletiva dos seus membros, seja de cunho econômico ou social, e sendo movida pela cooperação entre as partes até esse objetivo, sendo essa sua força motriz (NAMORADO, 2018 e NASCIMENTO, 2000).

A idealização do modelo se dá no contexto pós-revolução industrial do século XIX, pensado como uma alternativa às práticas exploratórias e abusivas contra os trabalhadores do modelo capitalista. Dessa maneira, no cooperativismo clássico os princípios são voltados para a garantia de participação, gestão democrática e a busca de ganhos para além do econômico e não somente da organização, assim o modelo busca também superar desigualdades que são observadas no corpo social (ROCHA e LUIZIO-DOS-SANTOS, 2023; NAMORADO, 2018).

Contudo, o contexto do cooperativismo na atualidade é diverso e passa por influências que afetam o desenho das cooperativas. Nessa discussão, Benini *et al* (2009) reflete sobre o risco das cooperativas se distanciarem dos princípios basilares e das práticas autogestionárias e seguirem mais adaptadas às organizações capitalistas, as ditas cooperativas burocráticas. Sob tal prisma, as cooperativas passam a, gradativamente, degenerar o seu modelo inicial, criando modelos díspares que adotam práticas antagônicas de negócios, a prática autogestionária e a heterogestionária. Nesse modelo, a primeira é característica do modelo cooperativista clássico e baseado no não antagonismo entre os participantes do processo produtivo, enquanto a segunda que é base do modelo capitalista se fundamenta na fragmentação do processo produtivo, do conhecimento e das relações de trabalho (BENINI *et al*, 2009; SINGER, 2002).

Nesse contexto, a economia solidária é tida como um projeto contra-hegemônico de alternativa à crise do trabalho, vide o desemprego e a precariedade do trabalho e, do próprio modelo capitalista, cujo fito de tal alternativa é a plena emancipação dos seus trabalhadores, enquanto está alinhado na prática autogestionária de negócios (MÉSZÁROS, 2003; SINGER, 2002). Ademais, ainda segundo Benini *et al* (2009) o cooperativismo que é defendido por aqueles que advogam pela economia solidária está alinhado em princípios mais correspondentes ao do cooperativismo do pós-revolução industrial, visando a emancipação social, econômica e política dos seus agentes, logo, como para Nascimento (2000), é a busca de reparar as relações historicamente desiguais do corpo social.

Assim, quando sob a perspectiva da questão da mulher, acredita-se que os princípios do cooperativismo ocasionam em práticas que levam à condições de igualdade entre os gêneros. A participação econômica, postulada nos princípios, promove oportunidades iguais, somado a isso a contribuição coletiva dos cooperados ajuda a superar desigualdades econômicas, o que favorece a equidade de gênero e a superação da lógica patriarcal que permeia o mercado de trabalho no cenário das cooperativas (NHACA; ERNESTO; CALICHE, 2024).

No entanto, o que se observa nesse quesito, é uma certa disparidade entre a teoria e a *práxis* cooperativista quando aplicada no cenário brasileiro, onde o que se tem é para além de uma participação desigual entre homens e mulheres, mas também a maior dificuldade das mulheres em acessar cargos de gestão, revelando, assim, uma dissonância com os princípios do modelo (CIROLINI e NORO, 2008). Sob tal prisma, ainda quando voltado para as cooperativas da agricultura familiar, Leite e Lorenzi (2022) demonstram que há uma baixa representação de mulheres em cargos de decisão quando comparada com o número de homens. Nesse contexto, é uma incorporação da conjuntura exemplificada por Herrera (2016), onde as mulheres rurais, por mais que trabalhassem na produção do produto agrícola, ainda assim era o homem que lidava com a atividade do comércio e demais atividades estratégicas.

Entretanto, experiências bem sucedidas que incentivam o protagonismo das mulheres nas cooperativas têm crescido e criado influência no meio. Nesse sentido, Almeida *et al* (2021) analisam o caso de uma cooperativa do sertão baiano onde as mulheres não só participam do processo produtivo, como assumem os cargos de decisão e postos estratégicos, participando dos debates políticos e administrativos da cooperativa, assim indo consoante aos princípios do cooperativismo e do modelo autogestionário.

### 2.3 A ESCRIVIVÊNCIA COMO PRÁTICA SOCIAL PARA PENSAR DESIGUALDADE DE GÊNERO NO COOPERATIVISMO

As escrituras agem como uma forma de demarcação que ocupa um espaço no meio literário, na escrita do próprio ser daquele que a produz. Como para Evaristo (2020, p. 35): “[...] amplia, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, uma pintura de si”. Assim, carrega um coletivo ao representar, através da escrita, uma história que remonta a uma realidade individual. Não obstante, pode superar a barreira do individualismo e englobar em seu discurso um grupo, uma comunidade que compartilha de contexto semelhante, abarcando questões étnicas, de classe e/ou de gênero.

Nessa lógica, Passeggi (2011) descreve a atividade de contar a própria história, revivendo experiências passadas como em uma narrativa autobiográfica como um possibilitador da reflexividade individual. Nessa perspectiva, o processo romperia com a memória imaculada, tornando a experiência líquida e, assim, permitindo aprendizados a partir das novas noções obtidas com a empreitada. Além disso, quando realizado em coletivo

potencializa o cenário reflexivo e de mudanças, e isso somado ao que Meneghel e Iñiguez (2007) defendem, se realizado por um grupo de mulheres, pode vir a gerar a superação de casos de violência e a emancipação do papel social de gênero. Assim, quando trago para o cenário da economia solidária, onde as práticas de aprendizagem se intensificam através da interação entre as mulheres, o aprender e o fazer estão intrinsecamente entrelaçados, atividades como a de contar a própria história passam a garantir identidade e criar pertencimento ao próprio grupo que a realiza enquanto uma prática de aprendizado (SOARES; REBOUÇAS, LÁZARO, 2023).

Dessa maneira, a escrevivência, por permitir narrar enquanto se reflete sobre experiências e circunstâncias que são resultados do poder social que marginaliza os sujeitos a partir da lógica do capitalismo, patriarcado e racismo (SAFFIOTI, 2010), corrobora com esse processo emancipatório dos atores envolvidos. Nesse sentido, convergem-se na finalidade das práticas supracitadas com o objetivo desejado da gestão social, que seria a emancipação dos agentes envolvidos (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2010). Logo, ao se falar em gestão social, entende-se aqui o social como um coletivo, superando a lógica individualista e voltado ao ganho de valor social e não exclusivamente no capital. A gestão social rompe com a lógica de fabricação em larga escala de bens que se tornou popular pelo taylorismo, pelo toyotismo e pelo just-in-time, mas uma dinâmica de integração entre sociedade e o gerir de modo funcional (DOWBOR, 2010).

### **3 SUPORTE METODOLÓGICO**

O presente estudo se dá por abordagem qualitativa e de natureza social aplicada, vista como adequada para captar a relação dos sujeitos da pesquisa com o trabalho na cooperativa, a interpretação das obras produzidas com suas experiências, a subjetividade do discurso realizados nestas e na ação (MOREIRA, 2002). Além disso, com relação aos objetivos da pesquisa, estes são exploratórios devido à aproximação com os atores, o meio e a problemática combatida, através da mescla entre o embasamento teórico e a compreensão desses objetos e descritivo por buscar caracterizar, a partir dos dados coletados, os fenômenos presentes nas vivências relatadas (MINAYO, 2013). Enfim, o procedimento da pesquisa bibliográfica que foi realizada acerca das temáticas que perpassam a pesquisa e são condizentes com a mesma.

A realização da pesquisa-ação segue conforme Thiollent (2007) e Barbier (2007) para a colaboração entre os participantes da formação e os pesquisadores, para que dessa maneira se atue coletivamente em confronto a problemas coletivos. Dessa forma, a pesquisa tem como universo as mulheres cooperadas da agricultura familiar que são filiadas à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Ceará (UNICAFES-CE) e, como amostra aquelas que participaram da formação em desigualdade de gênero no cooperativismo desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Gênero, Idade e Família (NEGIF), da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com a UNICAFES-CE, contabilizando um grupo de cerca de 80 mulheres presentes no evento.

Somado a isso, o método de coleta dos dados se deu pelas escrevivências (EVARISTO, 2020) e pela observação participante realizada durante a ação. A formação foi idealizada e realizada no segundo semestre de 2023, durante esse período foram realizadas reuniões virtuais, incluindo um pré-teste da metodologia, entre as partes organizadoras para melhor adequar a sua aplicação em termos de acessibilidade, didática e absorção dos dados. Sob tal prisma, a formação foi dividida em três momentos, o primeiro de apresentação dos conceitos de conceitos de desigualdade de gênero, o segundo da apresentação das escrevivências e um terceiro e último para a produção destas, seguido de uma discussão dos

relatos ali apresentados. A coleta das escrituras ocorreria, então, ao fim da formação e entregue voluntariamente pelos participantes.

Posteriormente, os dados escritos foram submetidos à análise de conteúdo e temática com base em Dias & Mishima (2023) e Minayo (1992). Primeiramente, a análise vertical dos dados levou a divisão de quatro dimensões que se destacavam como temáticas centrais das escrituras, seriam elas: família, gênero, educação e trabalho. Somado a isso, como forma de preservar o anonimato das participantes da pesquisa, optou-se pelo termo *escrevintes* (Nos quadros, E) como forma de referir-se a elas. Logo após, uma análise horizontal entrelaçando os achados com a teoria. Com essa aproximação em etapas, de modo sistemático, possibilitou-se uma análise mais concisa e aprofundada dos dados coletados, contribuindo para a compreensão dos achados.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

### 4.1 OS CAMINHOS DA FORMAÇÃO: DA ELABORAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO

A “Formação em desigualdade de gênero e seus impactos no trabalho da mulher no cooperativismo” foi uma ação planejada e implementada pelo Núcleo de Gênero, Idade e Família (NEGIF) da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Ceará (UNICAFES-CE). A iniciativa é parte componente do projeto “As práticas de gestão e modelagem de negócios das mulheres no cooperativismo e seus reflexos nos processos *Environmental, Social and Governance* (ESG) de governança social direcionados à equidade de gênero” desenvolvido pelo mesmo núcleo, sendo o primeiro módulo de aplicação de um total de três.

Tal projeto se utiliza da racionalidade substantiva e da pós-colonialidade como pontos de partida da idealização das atividades, corroborando com a cultura empreendedora enquanto promove a emancipação através da integração entre as dimensões de trabalho e vida (COSTA; CARRION, 2008; LUGONES, 2008; PINHEIRO; PAULA, 2014; RAMOS, 1989; SILVA, 2018; SPIVAK, 2010). Ademais, tem o objetivo de compreender as práticas da gestão de mulheres no contexto do cooperativismo e a sua influência no processo *ESG* destinado à equidade de gênero, com base nas três formações que serão realizadas. A primeira centrada na desigualdade de gênero e seus efeitos no trabalho de mulheres no cooperativismo, a segunda voltada para as práticas de gestão de mulheres e, por fim, a terceira focada em governança social e a promoção de equidade de gênero no modelo *ESG*.

De tal modo, a primeira formação foi idealizada e aplicada durante o segundo semestre do ano de 2023 entre os membros do núcleo de estudos e da coordenação da UNICAFES-CE. Foram realizadas quatro reuniões para discutir sobre a execução da formação, sendo a última um pré-teste da metodologia a ser aplicada.

A ação aconteceu na manhã do dia 12 de dezembro de 2023 na Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), local fornecido para a realização do evento. No espaço foram recebidos participantes de diversas localidades tanto do interior do estado do Ceará, como Canindé, Sobral, Horizonte, etc. como também da própria capital, o que diversificou o público participante, mas que ainda era formado majoritariamente por mulheres adultas.

Dessa maneira, opta-se, então, pela divisão da formação em três momentos para melhor garantir a compreensão dos conceitos apresentados e da fluidez das atividades que viriam a ser realizadas. Em primeiro momento, os responsáveis pela apresentação estabelecem uma linha de diálogo, buscando um método de pedagogia dialógica com as participantes, como uma forma de absorver a ideia de desigualdade de gênero. Este processo acontece para iniciar o debate sobre o tema, de forma coletiva, para semear uma solução coletiva para os

cenários apresentados e garantir a interação e troca de aprendizados horizontalizados entre participantes e organizadores (BARBIER, 2007; GOMES; GUERRA, 2020; SOARES, REBOUÇAS, LÁZARO, 2023). Logo após, com o uso de apresentação de *slides* como material de apoio, apresenta-se os conceitos de desigualdade de gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e reprodutivo e, por fim, espaço público e privado com base no pensamento de autores como Hirata (2010), Saffioti (2010), Barbieri (1993) e Biroli (2018), contudo, evitando uma linguagem academicista para não prejudicar o processo dialogal da formação. Sob tal perspectiva, adota-se o uso de curtas animados e quadrinhos elaborados pelos próprios membros do núcleo para a exemplificação dos conceitos apresentados e incentivarem a discussão em exemplos práticos vivenciados pelas participantes.

Adiante, finalizada a exposição dos conceitos basilares, inicia-se o segundo momento com a apresentação das *escrevivências* de Evaristo (2020) como atividade a ser realizada a partir daí. As presentes foram convidadas a produzirem uma *escrevivência* sobre as próprias experiências de vida que remetesse aos temas discutidos até ali, se assim se sentissem confortáveis. Finalmente, no terceiro e último momento do evento se discute o que foi escrito, conforme a disposição das participante, com o objetivo de criar um ambiente de compreensão e escuta entre as *escrevientes*, além de possivelmente pensar formas de solucionar, contornar ou reduzir as situações expostas de modo conjunto (BARBIER, 2007).

Desse modo, durante a realização da formação várias colocações foram postas pelas participantes. Embora, inicialmente, tenha se observado um certo empecilho em absorver plenamente a ideia dos conceitos apresentados, com o material de apoio alternativo utilizado, logo foram feitas associações com experiências do cotidiano, o que possibilitou a aplicação dos conceitos no contexto prático (SOARES; REBOUÇAS, LÁZARO, 2023). Além disso, observou-se um acanhamento no primeiro momento da formação nas falas das presentes ao relatar acontecimentos similares aos exemplificados, seja no ambiente de trabalho ou na vida pessoal, o que logo foi superado com o aumento gradual de participações que relataram acontecimentos correspondentes.

No contexto criado, denotou-se um clima de apoio entre as participantes, como em um ambiente de escuta e compreensão mútua, o que estimulou a participação de cada vez mais pessoas que corroboram com o relato uma das outras. Assim, a discussão coletiva reforça o processo de compressão dos conceitos apresentados ao entrelaçar teoria e prática enquanto se relata as dificuldades vivenciadas no trabalho, em casa e também no equilíbrio entre os dois ambientes, levando à reflexão da realidade experienciada (SCHAAF, 2003; SOARES; REBOUÇAS, LÁZARO, 2023).

Desde então, é relevante pontuar como as falas trazem casos que afetam as mulheres de diversas maneiras e em diferentes funções no contexto do trabalho, da base da linha de produção aos cargos de gestão. Nessa perspectiva, foi falado da violência psicológica no trabalho gerada pelo ambiente de competição, da pressão estética voltada às funcionárias em cargos de gestão e a falta de inclusão feminina nos momentos de estabelecer relações comerciais que são realizadas quase que exclusivamente pelos homens, como foi relatado. Outrossim, uma questão levantada foi a dificuldade em equilibrar as atividades do trabalho e da casa, a dupla jornada feminina que leva, certas vezes, à ausência na vida dos filhos e também impacta no trabalho realizado. Contudo, ainda era visto como necessário devido ao objetivo de alcançar a independência financeira, o que ainda não era uma realidade para todo o público participante.

Ainda assim, o cooperativismo foi tido como uma forma de oportunidade ao público jovem que busca crescimento e independência, que embora o ambiente de trabalho apresente suas barreiras, também mostra uma crescente consciência sobre a discussão de desigualdade de gênero interna. Conscientização essa que, embora iniciada no trabalho, ainda custa a

penetrar no ambiente doméstico, uma necessidade relevante levantada pelas presentes na formação. Além disso, em ambos os cenários foi falado como a cooperação entre as mulheres é um meio para um desenvolvimento coletivo com base na solidariedade. Em conclusão, a partir da discussão iniciada, falou-se também do ciclo geracional de privação à educação para as mulheres, o diálogo se engendrou para a ruptura desse contexto através da educação e do trabalho, tidos como elementos-chave para a independência tão desejada.

#### 4.2 A PERCEPÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO A PARTIR DAS ESCRIVIVÊNCIAS

Como resultado do segundo momento se obteve 42 escrevivências do grupo participante. Com a análise dos dados obtidos se observou que os conteúdos expostos durante a formação foram apreendidos pelas participantes e incorporados nas suas produções textuais ao serem aplicados nas suas realidades individuais.

Ademais, a escrevivência (EVARISTO, 2020) permitiu um leque de possibilidades para as escritoras contarem suas histórias. A partir do segundo momento, após serem apresentados à ideia da atividade, as presentes foram convidadas a produzirem sua própria escrevivência que relatasse um momento no qual notou ter vivenciado algo que se adequasse ao que tinha sido exposto até ali ou até mesmo discorrer sobre o que havia absorvido até aquele instante, podendo escrever livremente. Dessa forma, as participantes se utilizaram formas diferentes para criarem seus textos, alguns com relatos diretos, outras escrevendo contos e até mesmo desenhos.

A maior parte dos escritos apresentavam certas semelhanças em determinados aspectos, o que faz lembrar que as participantes da formação eram compostas em quase totalidade por mulheres rurais associadas ao cooperativismo da agricultura familiar do estado do Ceará. Nessa perspectiva, evidencia-se que antes da análise dos escritos esperava-se um enfoque na categoria gênero e trabalho, contudo com os achados do campo foram somadas as categorias educação e, principalmente, a família. Contudo, não se tem, necessariamente, uma temática exclusiva por texto, no entanto uma acabava por se sobressair quanto as outras.

Quadro 1 - Análise vertical das escrevivências na dimensão família

<b>Dimensão</b>	<b>Tema</b>	<b>Núcleo de Sentido</b>	<b>Unidade de Contexto</b>	<b>Fragmento do texto</b>
Família	Intersecção entre família e gênero	Família e o papel da mulher - atividades limitadas pelo gênero	E 16 opta pelo relato em forma de conto. Fala da atividade de caça feita em família, que era vista por parte desta como uma atividade masculina. No conto, narra como um acidente que ocorreu em uma dessas caçadas levou a sua represália enquanto mulher por participar daquela atividade. Participar de uma atividade vista como voltada aos homens não era bem vista pelo irmão.	A CASSADA  Uma criança do sexo feminino entre dois irmãos, em uma cassada a avuantes. O irmão mais velho dissera para o pai, antes de saírem de casa Não a leve, porque ela é mulher, só atrapalha por este fato. Ao que o pai não deu atenção àquele pedido. Quando estavam na mata, no abrigo feito para esperar as avuantes em uma árvore grande, a menina imaginou que quando o tiro da espingarda acontecesse ela iria assustar-se. Então

				resolveu mudar de lugar. Ao fazer isso, bateu com o pé na lata de chumbo fazendo um barulhão. Com isso as avuantes que estavam reunidas na árvore, voaram todas. O irmão, machista olhou para o pai e falou: EU NÃO DISSE PAI QUE MULHER SÓ ATRAPALHA NAS COISAS DE HOMEM!
--	--	--	--	--

Fonte: autores.

No quadro acima (Quadro 1) destaca-se como os relatos se centraram no elemento família, presente a todo momento nas produções como uma forma de reflexividade da própria escreviente a partir da sua família e da memória do primeiro sobre a segunda e também inserido nela (FORNASIER, 2018).

Em primeiro momento, boa parte dos relatos contam do período da infância e do primeiro contato com a designação do que é adequado para cada gênero, como no exposto pela Escreviente 16. Logo, a família assume a função educacional e é responsável pela criação dos valores que serão absorvidos pela criança em certa instância (LEOCADIO; ALVES; LEMOS, 2024), nesse caso, a disparidade entre os papéis da mulher e os valores patriarcais eram incorporados nas crianças, como é revelado no conto.

Contudo, são nas figuras femininas presentes na composição familiar que muitas escrevientes enxergavam exemplos de independência feminina, em suas diversas maneiras, a serem seguidos, sendo as mães e avós lembradas com carinho e admiração nos relatos. A mãe ou a avó são lembradas como mulheres batalhadoras, independentes, que se sacrificavam para garantir uma maior qualidade de vida para seus filhos, sendo assim tidas como modelos de maternidade a serem replicados (VÁZQUEZ, 2017).

Por outro lado, muitos dos textos lembram as violências cuja mãe era vítima, que ocorriam de diversas maneiras, seja violência patrimonial, psicológica, física ou sexual. Nesse sentido, segundo os relatos, o cenário ao qual a figura materna era submetida criava já de forma prematura uma consciência nas escrevientes da violência de gênero existente, que buscavam não replicar nas próprias vidas aquele tipo de situação. Nessa perspectiva, a violência experienciada certas vezes tanto pela mãe quanto pela filha demonstram um cenário de abuso como descrito por Costa, Lopes e Soares (2015) que perdura, atravessa gerações e vitimiza mulheres rurais em diversas regiões do Brasil.

Quadro 2 - Análise vertical das escrevivências na dimensão gênero

Dimensão	Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Fragmento do texto
Gênero	Jornada de vida e a questão de gênero	Amadurecimento forçado, gênero e violência	E 19 fala sobre seu passado, sua juventude e como sua vida tomou um novo rumo através da fé e da experiência. Como essa fé foi o pilar	Era uma vez, uma adolescente de dezesseis anos no auge da rebeldia que no impulso resolver sair de casa sem os pais saberem, para morar com um homem o qual tinha uma idade avançada, no

			que sustentou as mudanças nas suas trajetórias de vida.	<p>intuito de uma falsa liberdade que não tinha na casa dos pais. Essa atitude impensada a causou muitas dores e decepções a qual foi obrigada a amadurecer a força, e somos através da Fé e determinação essa jovem mulher hoje vive um novo momento de sua vida, o qual a mesma nunca imaginou viver. Hoje essa mulher se sente amada e não é por nenhum homem e sim por Deus e pelos seus dois filhos frutos de um casamento que terminou porém essa jovem sabe que tudo que ela viveu foi a permissão de Deus para torna-la em quem ela é hoje!! Hoje essa jovem só quer agradecer e viver da melhor forma possível.</p> <p>“A gratidão é a memória do coração”.</p>
--	--	--	---	--

Fonte: autores

Como anteriormente citado, os textos relatam o sacrifício materno em prol de uma qualidade de vida melhor pros filhos. Entretanto a mesma situação ocorria com o pai, o trabalho exercido pela família é relatado como um sacrifício feito por estes pelas escrevintes, que mesmo provocando a ausência é visto como um ato de amor pelos participantes (VÁZQUEZ, 2017).

Sob tal ótica, a lógica que permeia o trabalho, tanto para os pais tanto para algumas das próprias produtoras dos relatos é a de algo necessário para o usufruto da nova geração, da garantia de novas possibilidades, mesmo que em detrimento da presença cotidiana na vida dos filhos. Principalmente quando se fala dos pais, os textos falam destes que enfrentavam a labuta, enquanto incentivam os filhos a estudarem para poderem terem outras possibilidades de vida, em um sentido freiriano e emancipatório da educação (AMBROSINI, 2012).

Ainda na discussão sobre trabalho, a possibilidade de se ter um trabalho é vista como uma conquista por grande parte das participantes por possibilitar a independência financeira, no caso resgatado no quadro 3, a escrevente 24 fala do desejo de ser uma empreendedora e a busca pela independência financeira, como no núcleo de sentido. Mais do que isso, é uma forma de romper com a limitação da mulher ao trabalho reprodutivo e do cuidado, o qual desde a infância são ensinadas a seguir. Porém, a realidade das trabalhadoras ainda segue, como para Hirata (2010), um modelo de trabalho de conciliação entre as atividades produtivas e reprodutivas, levando a uma dupla jornada de trabalho ou até maiores, como no caso das que ainda estudam ou participam de movimentos sociais. Além disso, no contexto da atividade rural se adiciona a indissociabilidade entre as duas atividades, o que corrobora com

uma perspectiva do trabalho realizado pela mulher nesse meio como uma “ajuda à unidade familiar”, assim como as realizadas na casa (ABRAMOVAY, 2000).

Quadro 3 - Análise vertical das escrituras na dimensão trabalho

<b>Dimensão</b>	<b>Tema</b>	<b>Núcleo de Sentido</b>	<b>Unidade de Contexto</b>	<b>Fragmento do texto</b>
Trabalho	Trabalho e emancipação	A busca do processo emancipatório através do trabalho desejado.	Após assistir a formação, a concepção de trabalho de E 24 remete a uma perspectiva emancipatória própria da escriturante. A autonomia do próprio negócio para ela é um objetivo que compõe o processo de emancipação.	“construir o meu próprio negócio ser uma empreendedora”

Fonte: autores.

Dessa forma, a mão de obra feminina é, para além de subvalorizada, invisibilizada, possibilitando cenários múltiplos de violência, inclusive patrimonial. Segundo Nascimento *et al* (2019), a dependência financeira ao parceiro é uma das razões pela qual prendem a mulher a situações abusivas, somados ao medo de serem vítimas de feminicídio ou para manterem a constituição familiar. Nas escrituras é ainda citado o receio da má reputação na vizinhança, a criação de uma perspectiva negativa sobre a mulher divorciada.

Nesse contexto, o trabalho então surge como uma atividade emancipatória, permitindo uma independência financeira que é desejada e conquistada pelas participantes. O trabalho na cooperativa, como é citado, como próprio da gestão social, possibilita o resultado visado ao promover a emancipação dos seus trabalhadores (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2010; NAMORADO, 2018).

Outrossim, a participação em movimentos sociais, como o movimento de mulheres, foi uma das formas adotadas que foram rememoradas como um meio a se desvencilhar dos cenários abusivos vivenciados. Assim como Schaff (2003) narra, a participação das trabalhadoras rurais em coletivos de mulheres possibilitou uma conscientização das desigualdades de gênero experienciadas, além do ganho de autoestima, conhecimento de direitos e, sobretudo, um espaço onde poderia falar sobre suas dores e ser ouvida.

Quadro 4 - Análise vertical das escrituras na dimensão educação

<b>Dimensão</b>	<b>Tema</b>	<b>Núcleo de Sentido</b>	<b>Unidade de Contexto</b>	<b>Fragmento do texto</b>
Educação	Intersecção entre educação e geração	Acesso à educação como questão geracional - a quebra do ciclo da falta de oportunidades para o	No relato de E 12 se fala sobre sua origem familiar humilde e do incentivo à educação que passou dos pais de seus pais e que	"Breve relato Eu lembro bem da minha infância sou de uma família humilde filha de pais analfabetos mas que sempre nos incentivou a mim e meus irmãos a

		aprendizado	agora é replicado pelo escreviente com seus filhos.	estudar eu sou a 8ª filha de sete filhos lembro que eles sempre falava que o que eles podia fazer para o nosso bem era nos encetivar estudar mas antes nao era facil para chegar a escola a gente não podia desistir resumido hoje agradeço cada esforço que eles fizeram pela agente, hoje eu conquistei algumas coisas graças a esse esforço dos dois não fiz uma faculdade por que resolvi tomar outro rumo me casei tive uma filha pela qual faço o mesmo que meus pais fizeram”
--	--	-------------	---	--

Fonte: autores

Somado a isso, a educação é sempre tida pelas participantes como uma forma de dádiva, que muitas vezes não foi possível acessar ou este só é possibilitado de forma tardia. Na perspectiva delas, é na educação e no conhecimento, como uma ideia propriamente de Paulo Freire (AMBROSINI, 2012), que se encontra a chave para a emancipação das mazelas das quais foram vítimas e possibilitando uma maior qualidade de vida, como é exemplificado no quadro acima (Quadro 4). Na maioria dos casos escritos é tido como uma questão geracional, onde os pais não tiveram acesso à educação ou não chegaram a finalizar os estudos, mas desejam que assim façam os filhos para poderem usufruir de uma vida melhor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escrevivências surgem como uma ferramenta que contribui para a promoção da emancipação das mulheres do cooperativismo através da atividade introspectiva da escrita, além de fomentar a reflexividade dos indivíduos pelos textos que os elucidam no processo de contar as suas próprias histórias. Ainda, espaços de partilha de vivências demonstram ser fulcrais ao promoverem momentos de fala e escuta, são depoimentos acompanhados da compreensão. Nesse sentido, as participantes da formação criaram tal espaço através dos relatos ditos e escritos, o que corroborou com a compreensão do tema ali debatido.

Sob tal ótica, as presentes na ação realizaram a associação dos conceitos teóricos que foram apresentados com suas próprias experiências, como próprio do cenário da economia solidária (SOARES; REBOUÇAS, LÁZARO, 2023). Ao serem analisadas, demonstraram certas similitudes que, quando expostas no momento da formação, eram recepcionadas com apoio.

Nos textos produzidos pelas participantes, ressalta-se o cenário complexo de violência de gênero que perdura e ainda gera efeitos nas escrevientes. A lógica do patriarcalismo e da desigualdade de gênero é incorporada desde a infância pela família, e se mantém até a busca individual pela emancipação que ocorre, geralmente, ao se espelhar em outras figuras de mulheres tidas como independentes, como as próprias mães ou avós. Nas escrevivências obtidas e também nas falas feitas durante a formação, a independência financeira é ainda o

objetivo de muitas mulheres do contexto rural, e, assim, o cooperativismo é tido como uma oportunidade de desenvolvimento, seja ele individual ou coletivo.

Contudo, o ambiente da cooperativa, por vezes, ainda reflete o cenário de desigualdade de gênero quando faz uma inclusão desigual entre homens e mulheres em atividades à nível estratégico da cooperativa, demanda padrões nos moldes patriarcais de mulheres em cargos de gestão, limitando o potencial da gestão social nas cooperativas. Assim, observa-se como o trabalho na cooperativa pode ser um ambiente que apresenta oportunidades, mas também obstáculos para a mulher. Entretanto, tem começado um processo de reflexão sobre essas problemáticas, como foi relatado.

Não obstante, a categoria trabalho e educação são compreendidas pelas mulheres cooperadas como o caminho para a emancipação,. É através desses dois elementos-chaves que elas enxergam a quebra de um ciclo geracional da falta de acesso às oportunidade de ambos ou de um condicionamento que os trata como mutuamente excludentes. Obtém-se, então, que é na família que se volta a motivação de tal objetivo, seja para ir além da geração anterior ou prover para a futura ou ambos os casos.

Portanto, a apropriação de ferramentas, como é o caso das escrevivências, qualifica o debate das mulheres trabalhadoras rurais ao priorizar suas experiências, trazendo um exercício que não só induz à reflexividade, mas também a emancipação das mulheres no cooperativismo da agricultura familiar. Como a própria libertação do tido como papel da mulher, e das imposições dos papéis de gênero, a participação coletiva e a partilha das experiências criaram um ambiente de reflexão e aprendizado sobre os direitos da mulher e das condições de sua realidade. Paralelamente, contribui ao trabalho nas cooperativas por elucidar as disparidades incoerentes da organização na sua prática, tornando-as mais fidedignas ao modelo autogestionário e do próprio cooperativismo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. ; SILVA, R.. **As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag)**. In: Maria Isabel Baltar da Rocha. (Org.). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, v. 1, p. 347-366, 2000.

ALMEIDA, A. S. de; SOUZA, J. D. de; SANTOS, L. G.; NETO, A. S; LIMA, J. R. F. de. **O protagonismo de mulheres na cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-BA (Coopercuc)**. In: Souza, M. M. A. de; Diniz, L. F. A. C.; Silva, J. C. S.; Clementino, V. D. R.; Neto, A. F.. Desenvolvimento do semiárido: Organizações, gestão, inovação & empreendedorismo. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2021, v2, p. 31-45.

AMBROSINI, T. **Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, São Paulo, v. 12, n. 47, p. 378–391, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640058.

BARBIER, R. **A Pesquisa-ação**. Brasília, Distrito Federal: Liber Livro Editora, 2007.

BARBIERI, T. **Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica**. Tradução de Antonia Lewinsky. Recife: SOS Corpo, 1993.

BENINI, E. G.; FIGUEIREDO NETO, L. F.; BENINI, E. A.; MELO, R. P. (2009). **Cooperativismo e autogestão: reflexões sobre a economia solidária**. Desafio: Revista Economia e Administração. Campo Grande- MS, vol. 10, n 21, maio-ago, 2009. Disponível

em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jzcm3J13A5sJ:www.spell.org.br/documentos/download/2560+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo; 2018.

CANÇADO, A. PEREIRA, J. TENÓRIO, F. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais**. CADERNO EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 9, nº 3, p. 681-703. Dezembro, 2010.

CANABARRO, J. R. S.; SALVAGNI, J. **Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho**. Revista de Gestão e Secretariado, vol. 6, n. 2, 2015.

CIROLINI, V., & NORO, G. DE B. (2016). **A participação da mulher na gestão das cooperativas: um estudo realizado na Cotrisel**. *Disciplinarum Scientia | Sociais Aplicadas*, 4(1), 29–43.

COSTA, P. A; CARRION, R. S. M. **Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2018.

COSTA, M.C; LOPES, M.J.M.; SOARES, J.S.F. **Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde**. *Esc. Anna Nery*; 19(1):162-168, 2015.

DIAS, E. G. e MISHIMA, S. M. (2023). **Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação**. *Revista Sustinere*, 11(1), 402–411.  
<https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828>

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

EVARISTO, C. (2020). **Escrevivência e seus subtextos** In: Duarte, C. L.; Nunes, I. R.. *Escrevivência: a escrita de nós -reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres do meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2009

FONTENELE-MOURÃO, T. M. **Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência**. Brasília, DF: Secretaria de Política para as Mulheres, 2006.

FORNASIER, R. C. **Memória e família na Sociologia de Pierpaolo Donati e na Antropologia de Francesco Botturi**. *Memorandum*, 35, 100-114, 2018

GOMES; GUERRA. **Educação dialógica: a perspectiva de Paulo Freire para o mundo da educação**. *Rev. Ed. Popular, Uberlândia*, v. 19, n. 3, p. 4-15, set.-dez. 2020.

HERRERA, K. M. **Da Invisibilidade ao Reconhecimento mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care**. *Política & Sociedade Revista de Sociologia Política*, v. 15, 2016.

HIRATA, H. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Tecnologia e Sociedade, vol. 6, n. 11, julho-dezembro, 2010, pp. 1-7

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cad. Pesqui. 2007;37(132):595-609.

LEITE, J. G. D. B., & LORENZI, L. K. (2023). **Participação das mulheres em cooperativas da agricultura familiar em Santa Catarina**. Revista De Gestão E Organizações Cooperativas, 9(18), e11.

LEOCADIO, A. S. de A.; ALVES, H.; DE LEMOS, D. I. M. **Valores familiares e formação de caráter: impactos no processo de ensino-aprendizagem**. Cuadernos de Educación y Desarrollo, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1902–1919, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n1-099. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/2443>.

LUGONES, M. **The Coloniality of Gender**. In: I, 2 (Spring), 1-17. Disponível em: [https://globalstudies.trinity.duke.edu/pcontent/themes/cgsh/materials/WKO/v2d2\\_Lugones.pdf](https://globalstudies.trinity.duke.edu/pcontent/themes/cgsh/materials/WKO/v2d2_Lugones.pdf). Acesso em: 13/03/2025, 2008.

MENEGHEL, S. N.; INIGUEZ, L. **Contadores de histórias: práticas discursivas e violência de gênero**. Cad. Saúde Pública, v.23, n.8, p.1815-24, 2007.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco; 1992.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis RJ: Vozes, 2013.

MOREIRA, H. **As perspectivas da pesquisa qualitativa para as políticas públicas em Educação**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, n. 35, abr./jun. 2002.

NAMORADO, R. **O Essencial sobre Cooperativas**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2018. [E-book]. [Não paginado].

NASCIMENTO, D. F. B. do et al. **Violência contra a mulher no contexto rural**. Brazilian Applied Science Review, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 2501-2513, nov./dez. 2019. ISSN 2595-3621. DOI: 10.34115/basrv3n6-017.

NASCIMENTO, F. R. **Cooperativismo como alternativa de mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NHACA, A. de L. ERNESTO, B. L. & CALICHE, H. F. . (2024). **Cooperativismo como um modelo de gestão governamental na Inclusão, Igualdade e Equidade de Gênero**. E-Acadêmica, 5(1), e0351531. <https://doi.org/10.52076/eacad-v5i1.531>

PASSEGGI, M. C. **A experiência em formação**. Educação, 34(2), 147-156, 2011.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A.P.P. (2014). **A mitologia da ineficiência nas organizações solidárias: em busca da ressignificação de um conceito**. In: Desenvolvimento em questão, vol. 12, n. 27, jul-sep, p.42-65, 2014.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ROCHA, J. C. M. da.; LUIZIO-DOS-SANTOS, L. M. . (2023). **Da utopia à realidade: retrato do cooperativismo no Brasil – um estudo entre os anos de 2010 e 2018**. Interações (Campo Grande), 24(3), 783–798.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 2010.

SCHAFF, A. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Sociologias, n. 10, Porto Alegre, 2003, pp. 412-442.

SILVA, S. P. **O campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. In: *Texto para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea. Disponível em : [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD\\_2361.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf). Acesso em 12 de junho de 2018, 2018.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, M. N. M; REBOUÇAS, S. M. D. P; LÁZARO, J. C. **A aprendizagem coletiva e em rede desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão**. Organizações & Sociedade, [s.l.] 30(106), 2023. Disponível em <https://10.1590/198492302023v30n0018pt>.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

STOCHERO, L; PINTO, L.W. **Violência contra mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa**. Saude Soc 2023; 32(3): e210595pt. <http://doi.org/10.1590/S0104-12902023210595pt>

VÁZQUEZ, G. G. H. **“Quase Tudo Sobre Minha Mãe”: A Figura Materna entre Memórias e Narrativas**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 8, n. 2, p. 207223, 2017. ISSN 21772886.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.